

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	13.411,70	1.285,69
Investimentos financeiros		884,12	884,12
		14.295,82	2.169,81
Ativo corrente			
Inventários	7	6.951,90	1.175,40
Créditos a receber	11	43.703,05	104.423,61
Estado e outros entes públicos		4.683,21	
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11	20,00	126,24
Diferimentos		624,82	1.289,07
Caixa e depósitos bancários		48.199,84	11.043,24
		104.182,82	118.057,56
Total do ativo		118.478,64	120.227,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	15	30.823,51	18.899,25
Resultado líquido do período		-38.751,03	11.924,26
Total dos fundos patrimoniais		-7.927,52	30.823,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6;11	34.654,00	26.670,00
		34.654,00	26.670,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	672,97	
Estado e outros entes públicos		1.242,39	1.996,12
Financiamentos obtidos	6;11		25.100,39
Diferimentos		65.658,91	14.532,38
Outros passivos correntes	11;12	24.177,89	21.104,97
		91.752,16	62.733,86
Total do passivo		126.406,16	89.403,86
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		118.478,64	120.227,37

Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2024
(montantes em EURO)

ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO
MEERU | ABRIR CAMINHO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	14.636,74	16.355,71
Subsídios, doações e legados à exploração	10	67.913,28	154.562,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-7.011,29	-1.497,20
Fornecimentos e serviços externos	8	-45.913,20	-75.359,59
Gastos com o pessoal	12	-67.007,17	-79.299,75
Outros rendimentos	8	118,43	97,83
Outros gastos		-438,86	-318,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-37.702,07	14.541,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-773,99	-269,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-38.476,06	14.272,01
Juros e gastos similares suportados	6	-274,97	-2.347,75
Resultado antes de impostos		-38.751,03	11.924,26
Resultado líquido do período		-38.751,03	11.924,26

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO MEERU | ABRIR CAMINHO

ANO: 2024

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	4
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1 - Principais políticas contabilísticas	5
4 - Ativos fixos tangíveis	7
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	8
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	8
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	8
4.4 - Outras divulgações	9
6 - Custos de empréstimos obtidos	9
6.2 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:	10
6.3 - Outras divulgações	10
7 - Inventários	10
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	10
7.2 - Quantia escriturada de inventários	11
8 - Rendimentos e gastos	11
8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	11
8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	11
8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	12
10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	12
10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	12
10.4 - Outras divulgações	13
11 - Instrumentos financeiros	14
11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	14
11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	15
11.9 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	15
12 - Benefícios dos empregados	16
12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	16
12.2 - Compromissos existentes em matéria de pensões	17
12.4 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	17
13 - Acontecimentos após a data do balanço	17
13.2 - Outras divulgações	17
15 - Divulgações exigidas por diplomas legais	18

15.2 - Informação por atividade económica	18
15.3 - Informação por mercado geográfico	18
15.4 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	19
18 - Impostos e contribuições	19
18.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	19
18.2 - Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos	20
18.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	20
20 - Fluxos de caixa	21
20.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	21
20.3 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	21

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO MEERU | ABRIR CAMINHO
Número de identificação de pessoa coletiva: 515346683
Lugar da sede social: Praça Francisco Sá Carneiro, n.º 271, Galerias, Esquerdo 4200-314 Bonfim
Página da internet: <https://www.meeru.org/>
Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a MEERU aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas

demonstrações financeiras

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício imediatamente anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são

reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Provisões

Periodicamente, a MEERU analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a MEERU reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a MEERU reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo seu custo de aquisição, não sendo ajustados.

- Imposto sobre o rendimento

A MEERU é uma entidade de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Quando obtêm a título acessório rendimentos de uma atividade comercial é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. Dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Outras políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo do Custo	Método da linha reta	20 anos	5%
Equipamento administrativo	Modelo do Custo	Método da linha reta	6 anos	16,67%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	0,00	0,00	0,00	1.677,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.677,14
Depreciações acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	391,45	0,00	0,00	0,00	0,00	391,45
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	1.285,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.285,69
Variações do período	0,00	12.685,00	0,00	0,00	-558,99	0,00	0,00	0,00	0,00	12.126,01
Total de aumentos	0,00	12.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.900,00
Aquisições em primeira mão	0,00	12.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.900,00
Total diminuições	0,00	215,00	0,00	0,00	558,99	0,00	0,00	0,00	0,00	773,99
Depreciações do período	0,00	215,00	0,00	0,00	558,99	0,00	0,00	0,00	0,00	773,99
Saldo no fim do período	0,00	12.685,00	0,00	0,00	726,70	0,00	0,00	0,00	0,00	13.411,70
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>0,00</i>	<i>12.900,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.677,14</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>14.577,14</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>0,00</i>	<i>215,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>950,44</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.165,44</i>

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	0,00	0,00	0,00	799,90	0,00	0,00	0,00	0,00	799,90
Depreciações acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	122,16	0,00	0,00	0,00	0,00	122,16
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	677,74	0,00	0,00	0,00	0,00	677,74
Variações do período	0,00	0,00	0,00	0,00	607,95	0,00	0,00	0,00	0,00	607,95
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	877,24	0,00	0,00	0,00	0,00	877,24
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	0,00	0,00	877,24	0,00	0,00	0,00	0,00	877,24
Total diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	269,29	0,00	0,00	0,00	0,00	269,29
Depreciações do período	0,00	0,00	0,00	0,00	269,29	0,00	0,00	0,00	0,00	269,29
Saldo no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	1.285,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.285,69
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.677,14</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.677,14</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>391,45</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>391,45</i>

4.4 - Outras divulgações

Bases de mensuração utilizadas:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Método de depreciação utilizado:

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, pelo método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.

Uma vez que a empresa não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.2 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	34.654,00	0,00	34.654,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	34.654,00	0,00	34.654,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	34.654,00	0,00	34.654,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - desagregação - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	51.770,39	25.100,39	26.670,00	2.347,52	1.835,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	25.100,39	25.100,39	0,00	2.347,52	1.835,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	26.670,00	0,00	26.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	51.770,39	25.100,39	26.670,00	2.347,52	1.835,46	0,00	0,00	0,00	0,00

6.3 - Outras divulgações

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	274,97	2.347,52
Juros de financiamentos suportados	274,97	1.835,46
Juros de empréstimos bancários	274,97	1.835,46
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	0,00	512,06

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Matérias-primas:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento deduzidas de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

7.2 - Quantia escriturada de inventários

De modo a fornecer uma imagem apropriada da atividade da empresa, decidiu-se proceder à alteração da forma de contabilização da rubrica dos inventários.

Assim, e para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras e análise dos seus comparativos, cumpre informar que a empresa passou a contabilizar os seus inventários na rubrica de matérias-primas, pelo facto de requerer um processo industrial e artesanal.

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	1.175,40	0,00	1.175,40	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	12.787,79	12.787,79	2.672,60	0,00	2.672,60
Reclassificação e regularização de inventários	-1.175,40	1.175,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	6.951,90	6.951,90	1.175,40	0,00	1.175,40
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	7.011,29	7.011,29	1.497,20	0,00	1.497,20
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Vendas:

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido líquido de impostos e de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela empresa e quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Os valores mencionados em "outros réditos", em 2024, encontram-se assim divididos:

- Subsídios à exploração - 34.293,40 euros (desenvolvido na nota 10)
- Donativos - 33.619,88 euros

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	13.596,72	5.325,71
Prestação de serviços	1.040,02	11.030,00
Outros réditos	67.913,28	154.562,44
Total	82.550,02	170.918,15

8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	32.844,08	54.154,08
Trabalhos especializados	31.505,81	47.593,65
Publicidade e propaganda	138,59	6.469,14
Honorários	376,02	91,29
Conservação e reparação	823,66	0,00
Materiais	4.890,25	11.853,56
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.643,73	5.436,88
Material de escritório	3.212,55	2.404,99
Artigos para oferta	33,97	4.011,69
Energia e fluidos	51,54	307,76
Combustíveis	51,54	307,76
Deslocações, estadas e transportes	6.723,64	7.813,75
Deslocações e estadas	6.226,95	7.813,75
Transportes de mercadorias	496,69	0,00
Serviços diversos	1.403,69	1.230,44
Rendas e alugueres	150,00	600,00
Comunicação	130,36	106,47
Seguros	308,19	199,39
Contencioso e notariado	202,87	0,00
Outros serviços	612,27	324,58
Total	45.913,20	75.359,59

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	309.370,36	10.442,79	7.605,99	49.797,00	80.750,00	20.687,41	12.000,00	0,00	6.000,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	64.114,38	0,00	0,00	91.101,44	0,00	0,00	3.000,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	64.114,38	0,00	0,00	91.101,44	0,00	0,00	3.000,00
Total	309.370,36	10.442,79	7.605,99	49.797,00	80.750,00	20.687,41	12.000,00	0,00	6.000,00

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	298.441,15	10.929,21	95.021,23	6.000,00	43.797,00	32.742,20	6.000,00	6.000,00	2.083,91
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	80.468,55	0,00	0,00	19.399,50	0,00	0,00	6.000,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	80.468,55	0,00	0,00	19.399,50	0,00	0,00	6.000,00
Total	298.441,15	10.929,21	14.552,68	6.000,00	43.797,00	13.342,70	6.000,00	6.000,00	-3.916,09

10.4 - Outras divulgações

Em 2023, a associação obteve a aprovação de subsídio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mais concretamente estágio profissional com a duração de 9 meses. Esta medida visa promover a inserção de jovens no mercado de trabalho. Foi aprovado inicialmente um valor de 8.727,48 euros tendo sido atualizado no final do ano, por via do aumento do valor IAS, para o montante de 8.929,21€. O apoio encontra-se integralmente recebido, tendo sido imputado a subsídio o valor de 1.171,45 euros. Ainda para este estágio profissional a associação obteve a aprovação de um subsídio do IPDJ no montante de 2.000 euros. Este já se encontra integralmente recebido, sendo imputado a subsídio o montante de 222,22 euros.

Em 2024, a associação obteve a aprovação de outro estágio profissional com a duração de 9 meses, tendo sido aprovado o valor de 10.442,79 euros. Relativamente a este, encontram-se 7.309,95 euros por receber, tendo sido imputado a subsídio o valor de 6.212,32 euros.

Em 2020, a associação candidatou-se a uma medida de apoio financiado pelo Portugal2020, um Fundo Social denominado de Programa de Parcerias para o Impacto cujo objetivo é promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação. Este programa prevê um incentivo não reembolsável correspondente a 70% por parte do Portugal2020, sendo os restantes 30% do financiamento suportado por investidores sociais. Foi aprovado um valor de 269.870,31 euros. A medida foi concluída em 2023 tendo em 2024 a associação recebido 41.762,04 euros do Portugal2020. O apoio atualmente encontra-se integralmente recebido.

A Fundação La Caixa e o Banco BPI e a MEERU assinaram um protocolo no ano de 2023 referente a este Programa de Parcerias para o Impacto, cujo montante de apoio financeiro aprovado ascende a 23.850 euros, sendo que 80% de valor protocolado no montante de 19.080 euros foi considerado como Investidor Social sendo que os restantes 20% do subsídio (4.770 euros) será atribuído no final do projeto pelo sucesso na sua concretização. Em 2024 foi recebido o valor de 4.770 euros, encontrando-se o apoio integralmente recebido.

Já no decorrer do ano 2024 a Fundação La Caixa e o Banco BPI e a MEERU assinaram um novo protocolo no âmbito do BPI Fundação "La Caixa" Solidário 2024 cujo montante de apoio financeiro aprovado ascende a 45.750 euros, sendo que 80% de valor protocolado no montante de 36.600 euros foi recebido ainda no ano de 2024 sendo que os restantes 20% do subsídio (9.150 euros) será atribuído no final do projeto pelo sucesso na sua concretização. Não foi imputado qualquer valor a subsídio em virtude da associação MEERU não ter incorrido em qualquer despesa.

Em 2022, em parceria com Associação Humanitária Domus, apresentaram uma candidatura a um novo Programa de Parcerias para o Impacto tendo sido aprovado o valor de 74.951,86 euros também com o objetivo de promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação. O valor do incentivo destinado à MEERU ascendeu ao montante de 31.636,33 euros, tendo sido ajustado na fase final da candidatura, em função das despesas incorridas, para o valor de 28.570,84 euros. Durante o ano de 2024 foi recebido o valor de 7.539,24 euros. O apoio atualmente encontra-se integralmente recebido.

Em 2023 assinou com a Fundação Calouste Gulbenkian um protocolo para a integração social de famílias de migrantes, refugiados ou requerentes de asilo, através da promoção de encontros de proximidade entre as famílias e equipas de voluntários que serão formados para o efeito, e ainda a implementação de uma campanha de sensibilização para os Direitos Humanos, cidadania e interculturalidade junto de jovens. Este projeto é financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 90%, sendo os restantes 10% financiado pelo serviço de voluntariado. Foi aprovado o valor de 31.140 euros, tendo sido ajustado na fase final da candidatura, em função das despesas incorridas, para o valor de 29.973,51 euros. O apoio atualmente encontra-se integralmente recebido.

Já no decorrer do ano 2024 assinou com a Fundação Calouste Gulbenkian um contrato de financiamento – Bridge Funding cujo montante de apoio financeiro aprovado ascende a 30.000 euros e é financiado a 100% dos respetivos custos elegíveis. Foi imputado a subsídio o valor de 19.133,56 euros. Durante o ano de 2024 foi recebido o valor de 15.000,00 euros.

No ano de 2023 assinou um protocolo de cooperação com a Árvore - Cooperativa de Atividades Artísticas, cujo montante aprovado prevê o pagamento de 4.098,14 euros. Foi imputado a subsídio o valor de 2.211,14 euros. O apoio atualmente encontra-se integralmente recebido.

Em 2022, em conjunto com a organização KAIICID com sede em Viena, Áustria e com a organização ADRA com sede na Sérvia assinaram um protocolo tendo o montante aprovado ascendido a 6.000 euros. Em 2023 foi imputado a subsídio o valor de 2.083,91 euros e recebido o valor de 3.000 euros. Já em 2023 em conjunto com a organização KAIICID, mas desta vez, com o Observatório de Blanquerna com sede em Espanha, assinaram outro protocolo tendo o montante aprovado ascendido a 6.000 euros. Este projeto já se encontra totalmente recebido tendo sido imputado no presente ano o valor de 6.000 euros.

No presente ano foi assinado com a Fundação Aga Khan Portugal em parceria com a Fundação "La Caixa" um acordo no âmbito do Programa Juntos Porto destinado a fortalecer as organizações da sociedade civil no distrito do Porto. Os custos elegíveis serão financiados a 100% até ao limite de 5.000 euros. Foi imputado a subsídio o valor de 188,00 euros. Durante o ano de 2024 foi recebido o valor de 4.000,00 euros.

11 - Instrumentos financeiros

11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", para que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Por memória: quotas não liberadas	-126,24	0,00	106,24	-20,00
Resultados transitados	18.899,25	0,00	11.924,26	30.823,51
Total	18.899,25	0,00	11.924,26	30.823,51

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Por memória: quotas não liberadas	0,00	126,24	0,00	-126,24
Resultados transitados	4.750,24	0,00	14.149,01	18.899,25
Total	4.750,24	0,00	14.149,01	18.899,25

11.9 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	43.703,05	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	1.899,23	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	41.803,82	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	24.850,86	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	672,97	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	34.654,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	24.177,89	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-274,97	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-274,97	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	104.423,61	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	3.660,82	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	100.762,79	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	21.104,97	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	51.770,39	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	21.104,97	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-414,46	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	97,60	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-512,06	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-1.835,46	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-1.835,46	0,00	0,00

12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	6,00	7.406,00	7,00	11.870,00
Pessoas remuneradas	4,00	4.656,00	4,00	7.784,00
Pessoas não remuneradas	2,00	2.750,00	3,00	4.086,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	6,00	7.406,00	7,00	11.870,00
Pessoas a tempo completo	3,00	3.706,00	4,00	7.784,00
(das quais pessoas remuneradas)	3,00	3.706,00	4,00	7.784,00
Pessoas em tempo parcial	3,00	3.700,00	3,00	4.086,00
(das quais pessoas remuneradas)	1,00	950,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	6,00	7.406,00	5,00	11.870,00
Masculino	2,00	2.750,00	1,00	3.724,00
Feminino	4,00	4.656,00	4,00	8.146,00

12.2 - Compromissos existentes em matéria de pensões

Não existem responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma.

12.4 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	67.007,17	79.299,75
Remunerações do pessoal	55.383,45	66.249,42
Indemnizações	0,00	7,94
Encargos sobre as remunerações	10.117,52	11.723,87
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.267,81	1.058,51
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	238,39	260,01
- Formação	75,00	0,00

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.2 - Outras divulgações

Após o encerramento do exercício, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos subsequentes, do conhecimento da gerência e dos técnicos que elaboraram as demonstrações financeiras, que possam ter efeitos materialmente relevantes.

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**15.2 - Informação por atividade económica**

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
CAE	94995	47750	
Vendas	0,00	13.596,72	13.596,72
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	0,00	13.596,72	13.596,72
Prestações de serviços	1.040,02	0,00	1.040,02
Compras	0,00	12.787,79	12.787,79
Fornecimentos e serviços externos	22.317,17	23.596,03	45.913,20
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	7.011,29	7.011,29
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	7.011,29	7.011,29
Gastos com o pessoal	67.007,17	0,00	67.007,17
Remunerações	55.383,45	0,00	55.383,45
Outros gastos	11.623,72	0,00	11.623,72
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	13.411,70	0,00	13.411,70
Total das aquisições	12.900,00	0,00	12.900,00
(das quais edifícios e outras construções)	12.900,00	0,00	12.900,00
Propriedades de investimento			

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
CAE	94995	47750	
Vendas	0,00	5.325,71	5.325,71
De mercadorias	0,00	5.325,71	5.325,71
Prestações de serviços	11.030,00	0,00	11.030,00
Compras	0,00	2.672,60	2.672,60
Fornecimentos e serviços externos	65.768,16	9.591,43	75.359,59
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	1.497,20	1.497,20
Mercadorias	0,00	1.497,20	1.497,20
Gastos com o pessoal	79.299,75	0,00	79.299,75
Remunerações	66.249,42	0,00	66.249,42
Outros gastos	13.050,33	0,00	13.050,33
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	1.285,69	0,00	1.285,69
Total das aquisições	877,24	0,00	877,24
Propriedades de investimento			

15.3 - Informação por mercado geográfico

Direção

Contabilista Certificado N° 93953

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	13.596,72	0,00	0,00	13.596,72
Prestações de serviços	1.040,02	0,00	0,00	1.040,02
Compras	12.787,79	0,00	0,00	12.787,79
Fornecimentos e serviços externos	42.404,43	3.083,66	425,11	45.913,20
Aquisições de ativos fixos tangíveis	12.900,00	0,00	0,00	12.900,00
Rendimentos suplementares:	114,18	0,00	0,00	114,18
Outros rendimentos suplementares	114,18	0,00	0,00	114,18

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	5.325,71	0,00	0,00	5.325,71
Prestações de serviços	11.030,00	0,00	0,00	11.030,00
Compras	2.672,60	0,00	0,00	2.672,60
Fornecimentos e serviços externos	74.110,05	1.159,29	90,25	75.359,59
Aquisições de ativos fixos tangíveis	877,24	0,00	0,00	877,24

15.4 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo DL 534/80 – Dívidas ao Estado

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

Informação requerida pelo artigo 21º do DL 411/91 – Dívidas à Segurança Social

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social.

18 - Impostos e contribuições

18.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	-38.751,03	11.924,26
Imposto corrente	0,00	0,00
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	0,00	0,00

18.2 - Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos

A MEERU quando obtém a título acessório rendimentos comerciais é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

Nos termos do artigo 53.º do CIRC, rendimento global é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos, das várias categorias determinadas nos termos do IRS, aplicando-se à determinação do lucro tributável as disposições do CIRC.

Ao rendimento global são dedutíveis, até à respetiva concorrência, os gastos comprovadamente relacionados com as respetivas atividades.

São rendimentos não sujeitos a IRC as quotas pagas pelos membros em conformidade com os estatutos, as quais, em 2024, ascenderam a 840,02 euros. São também considerados rendimentos não sujeitos a IRC os subsídios atribuídos (desenvolvidos no ponto 10), as quais, em 2024, ascenderam a 26.909,63 euros e ainda serviços prestados de acordo com os fins estatutários cujo montante ascendeu a 200€. São rendimentos sujeitos mas isentos de IRC os donativos recebidos, que em 2024 ascenderam ao montante de 33.619,88€.

Os rendimentos sujeitos e não isentos de IRC incluem o comércio a retalho de produtos cosméticos e higiene, concretamente, o comércio de sabonetes, cujo total de faturado ascendeu a 13.596,72€. Esta atividade apresenta em 2024 um resultado negativo de 33.872,36 euros resultante da imputação dos gastos específicos, no valor de 23.596,03 euros e dos gastos comuns, no valor de 23.873,05 euros, de acordo com o n.º 2 do artigo 54.º do Código do IRC, resultando a não existência de imposto a pagar.

18.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	249,00	0,00	389,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4.683,21	0,00	0,00	316,10
Contribuições para a Segurança Social	0,00	993,39	0,00	1.291,02
Total	4.683,21	1.242,39	0,00	1.996,12

20 - Fluxos de caixa

20.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	240,00	0,00	0,00	240,00
Depósitos à ordem	10.803,24	277.704,85	240.567,57	47.940,52
Outros depósitos bancários	0,00	19,32	0,00	19,32
Total	11.043,24	277.724,17	240.567,57	48.199,84

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	240,00	0,00	0,00	240,00
Depósitos à ordem	35.858,19	245.497,66	270.552,61	10.803,24
Total	36.098,19	245.497,66	270.552,61	11.043,24

20.3 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as verbas inscritas nas rubricas "caixa" e "depósitos bancários" estavam disponíveis à data do encerramento do balanço, conforme indicação da gerência da empresa.

Nota Explicativa da Direção ao Relatório de Contas 2024

Análise Financeira da MEERU | Abrir Caminho – Exercício 2024

O presente documento apresenta uma análise detalhada, rubrica a rubrica, da execução financeira da associação MEERU | Abrir Caminho no exercício de 2024. Com base nas demonstrações financeiras oficiais – Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Balancete Analítico e Anexo –, são comentados os principais rendimentos, gastos e movimentos patrimoniais ocorridos no ano, ilustrados com exemplos concretos.

1. Vendas e Serviços Prestados

A MEERU registou um total de 14.636,74€ nesta rubrica, correspondendo principalmente à venda de sabonetes (13.596,72€) e à prestação de serviços associados às atividades estatutárias (1.040,02€). Os serviços prestados incluem quotas de utilizadores e serviços secundários pontuais, como workshops ou formações.

2. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Foram reconhecidos 67.913,28€ nesta rubrica. Os subsídios atribuídos por entidades públicas incluem apoios do IEFP (estágios), IPDJ, Fundação La Caixa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Aga Khan e outras. No que respeita a donativos, foram recebidos contributos significativos de entidades como o Banco BPI, Fundação Mota, Fundación Repsol, AMAL, bem como de particulares.

Importa destacar que alguns dos financiamentos mais significativos foram aprovados no final de 2024, com execução prevista sobretudo para 2025. Por este motivo, esses montantes **não foram reconhecidos como crédito em 2024**, mas sim **transitados para o exercício seguinte** como **subsídios diferidos**. Esta decisão contabilística visou preservar a integridade e o realismo dos resultados de cada ano, evitando inflacionar o exercício de 2024 com valores cuja execução está planeada para o futuro. É o caso, por exemplo, do Prémio BPI La Caixa Solidário. Também não foi reconhecido na sua totalidade em 2024 o protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian - Core Funding e o Juntos Porto.

3. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O custo apurado foi de 7.011,29€, respeitante à aquisição e consumo de matérias-primas para a produção artesanal de sabonetes, tais como óleos, essências e embalagens.

4. Fornecimentos e Serviços Externos

Com um total de 45.913,20€, esta rubrica abrangeu sobretudo trabalhos especializados (consultoria, design, etc.), materiais de consumo (escritório e produção), serviços de comunicação, seguros, transporte e deslocações. Entre os prestadores encontram-se a Soltar Amarras, SearchProf, CityGráfica, entre outros.

Este valor elevado justifica-se pelo facto de englobar não apenas fornecimentos correntes, mas também **recursos humanos externos** (como técnicos especializados e formadores), **serviços de avaliação externa** de projetos, **apoios logísticos e reembolsos associados a voluntários**, bem como **serviços de contabilidade, consultoria estratégica e comunicação institucional**. Estes serviços foram fundamentais para garantir a execução, monitorização e sustentabilidade das atividades da associação ao longo do ano.

5. Gastos com o Pessoal

Totalizando 67.007,17€, inclui vencimentos (55.383,45€), contribuições sociais obrigatórias (10.117,52€), seguros e outros encargos (1.506,20€). A equipa incluiu pessoas a tempo completo e parcial, remuneradas e voluntárias.

6. Outros Rendimentos

Foram registados 118,43€, nomeadamente rendimentos suplementares (reembolsos e pequenas receitas não operacionais) e uma pequena diferença de câmbio favorável.

7. Outros Gastos

Totalizaram 438,86€, abrangendo donativos atribuídos (276,66€), impostos indiretos (143,14€) e outros encargos residuais.

8. Gastos de Depreciação e Amortização

No valor de 773,99€, respeitam à depreciação de ativos fixos tangíveis, nomeadamente o edifício (215,00€) e equipamentos administrativos (558,99€).

9. Juros e Encargos Financeiros

Foram suportados 274,97€ em juros, relativos a um empréstimo bancário obtido junto do Montepio.

10. Resultado Líquido

O resultado líquido negativo de **-38.751,03 €** registado em 2024 representa uma exceção no histórico financeiro da MEERU, que até então vinha apresentando saldos positivos. Este prejuízo é explicado por um conjunto de decisões estratégicas e prudência contabilística: por um lado, a associação optou por **manter toda a equipa ativa**, mesmo sem financiamento garantido para o ano inteiro, apostando na continuidade operacional e na capacidade de preparar candidaturas estruturantes; por outro, adotou uma política contabilística rigorosa, **não reconhecendo como rendimento vários subsídios recebidos no final do ano**, cuja execução estava prevista apenas para 2025. Adicionalmente, 2024 foi um ano de **investimento significativo em estrutura, comunicação e desenvolvimento da linha AMAL SOAP**, sem retorno imediato. Apesar do impacto nos resultados do exercício, estas decisões posicionam a associação para um 2025 financeiramente mais equilibrado e sustentável.

Nota adicional sobre os resultados negativos:

Os resultados financeiros demonstram-se negativos de forma muito expressiva, sendo o primeiro ano em que isto acontece desde a fundação da MEERU. Já em 2023, a associação se encontrava sem financiamentos garantidos para o ano seguinte, tendo iniciado 2024 com a clara prioridade estratégica de assegurar novos apoios. Este esforço teve como consequência direta um ano financeiramente desafiante,

mas centrado na recuperação de sustentabilidade a médio prazo. Estes resultados devem-se essencialmente a dois fatores:

1. 2024 foi um ano de grande transição de financiamentos, realidade vivida em todo o setor social e que motivou, inclusive, a criação de instrumentos de emergência como o Core Funding da Fundação Calouste Gulbenkian. No início do ano, a MEERU optou por não realizar cortes no pessoal, apesar de só ter financiamento garantido para o primeiro semestre. Assumiu-se conscientemente um risco, financiado por resultados acumulados de anos anteriores, com o objetivo de manter a equipa ativa para garantir estabilidade programática e operacional. Esta decisão permitiu a apresentação de diversas candidaturas, algumas das quais vieram a ter sucesso ainda durante o segundo semestre, como o Core Funding e outros apoios da Fundação La Caixa, Fundação Aga Khan e Fundação Calouste Gulbenkian.
2. Parte significativa do financiamento adquirido no final de 2023, como o prémio BPI La Caixa Solidário e a Iniciativa Social Descentralizada, foi diferido para 2025 por não ter sido possível executar ainda em 2024. Esta opção permitiu preservar o equilíbrio do próximo exercício. Acresce ainda que, durante o ano, foi feito investimento relevante na consolidação da marca AMAL SOAP — em produtos, design e estrutura — que não teve reflexo imediato em receita.

Assim, embora os resultados contabilísticos de 2024 sejam negativos, a tesouraria manteve-se estável ao longo de todo o ano, e a MEERU entra em 2025 com uma perspetiva financeira significativamente mais positiva, conforme demonstra o orçamento aprovado para o exercício em curso. Esta situação de transição entre financiamentos não foi exclusiva da MEERU, tendo sido vivida também por diversas outras organizações do setor social, como consequência da instabilidade no calendário dos apoios e das alterações nas fontes de financiamento público e privado.

11. Situação Patrimonial

Apesar do resultado negativo, a MEERU apresenta uma posição de tesouraria estável com 48.199,84€ em caixa e depósitos. Os ativos fixos aumentaram substancialmente para 13.411,70€, refletindo o investimento na sede ou espaço operacional.

Ativo Total: 118.478,64 €

O ativo da MEERU é composto essencialmente por elementos que refletem capacidade operacional, liquidez e financiamento futuro já contratado.

- **Caixa e depósitos bancários (48.199,84 €):** A associação termina o ano com uma tesouraria sólida, o que demonstra capacidade de resposta a compromissos imediatos e gestão eficiente dos fluxos de caixa.
- **Créditos a receber (43.703,05 €):** Montantes formalmente contratualizados com financiadores, mas que não foram ainda executados nem recebidos na totalidade. Este valor refere
- **Ativos fixos tangíveis (13.411,70 €):** Representam o investimento feito ao longo do ano em equipamentos, mobiliário e melhorias estruturais na sede ou nos espaços de produção da linha AMAL SOAP.
- **Inventários (6.951,90 €):** Incluem matérias-primas e produtos acabados, como sabonetes, óleos, corantes, embalagens e etiquetas.
- **Diferimentos ativos (624,82 €):** Faturados antecipadamente antecipadamente em 2024 que dizem respeito ao ano seguinte.

Passivo Total: 126.406,16 €

Do lado do passivo, a estrutura reflete compromissos de curto e longo prazo, com destaque para o diferimento de subsídios e o apoio direto de aliados estratégicos.

- **Diferimentos passivos (65.658,91 €):** Subsídios e apoios financeiros recebidos em 2024, cuja execução está prevista para o exercício seguinte. Estes montantes são reconhecidos como “passivo” até que as atividades correspondentes sejam realizadas, evitando inflacionar os resultados do ano com receitas não executadas.
- **Financiamentos de longo prazo (34.654,00 €):** Incluem apoios financeiros diretos concedidos por aliados estratégicos da organização. Estes montantes são registados como passivo por corresponderem a valores entregues com expectativa de devolução futura ou reconfiguração.

Apesar do valor negativo, esta situação é **temporária** e refletida com rigor, em respeito aos princípios contabilísticos de especialização e prudência. O orçamento e os financiamentos já contratualizados para 2025 permitem antever a recuperação do equilíbrio patrimonial já no próximo exercício.

Em **síntese**, a MEERU enfrentou 2024 como um ano de **transição estrutural**, apostando na manutenção da equipa, na elaboração de candidaturas e no investimento estratégico (design, produto e operações), mesmo sem garantias de financiamento imediato. A sua **estrutura patrimonial continua robusta**,

especialmente no que diz respeito à liquidez, e encontra-se **preparada para uma recuperação clara e sustentada em 2025.**